

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB – PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, em atenção à mãe do deputado Enio Tatto, de quem eu gosto muito, eu deixo de falar o que eu ia falar hoje.

Não, deputado Enio Tatto. Em atenção à sua mãe. Abro, portanto, Sr. Presidente, mão da minha fala em atenção à mãe do Enio Tatto, uma matriarca que encaminhou todos os filhos com dignidade e com respeito.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, estamos aqui no debate e o deputado Carlos Cezar, do PSB, foi ao microfone e falou com uma linguagem que eu não entendi, um politiquês que eu não entendi.

Ele driblou bastante, foi para cá, foi para lá. Nem o Messi consegue segurar tanto a bola como ele segurou hoje aqui. Foi para cá, foi para lá e disse: “ nós não estamos agora juntos, mas estaremos em um próximo momento”. Disse que a vitória com mais luta é melhor. Enfim, esse monte de coisas de autoajuda que ele começou a falar aqui.

Eu queria saber dele, objetivamente. Nós não estamos juntos na PEC 05 hoje, mas estaremos em outro momento. Vossa Excelência poderia precisar em que momento nós estamos juntos?

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, apenas para corrigir. Primeiro, o deputado Alencar Santana Braga, que fez um posicionamento dizendo que eu teria falado que poderíamos votar amanhã ou na quarta-feira.

Disse aqui no microfone a respeito do que havia sido combinado no Colégio de Líderes e como encerrou. Não disse que isso era condição para que se votasse amanhã ou terça-feira.

Quanto à colocação do deputado João Paulo Rillo, no que pese toda a sua deferência quanto à minha habilidade futebolística, sendo o Messi ou não sendo. Eu o respeito, como parlamentar, como deputado, e faço questão de dizer para ele que não tenho problema nenhum em reafirmar que eu sou coautor dessa PEC.

Eu muitas vezes vim a esta tribuna e pedi para que ela fosse colocada em pauta. Porém, respeito o posicionamento do líder da minha bancada, que retirou a assinatura, o que V. Exa. tinha colocado como uma condição para que fosse pautada a PEC, porque V. Exa. entendia que ela não deveria ser pautada.

Respeito o posicionamento dele. Quando eu disse que nós faríamos em outro momento, eu disse que continuo lutando. Eu não assinei a PEC e me arrependi da assinatura, eu não disse isso. Eu não me arrependi do meu posicionamento, eu não disse que eu desisti. Eu disse que nós estamos vivendo a 30 dias de um novo Governo que não conversou com o deputado Campos Machado, que não conversou com V. Exa., que não conversou com as demandas de V. Exa. com os servidores que também precisam de aumento.

Ele não conversou ainda, e vai entender V. Exa., nos posicionamentos que muitas pessoas colocaram aqui, de disparates de aumento do servidor, de um que está recebendo quatro e outro que está recebendo sete. Estamos a menos de 30 dias para ter esse debate, e acredito que nós teremos. Foi isso que eu coloquei aqui. Eu não sei se o meu drible ainda foi intenso para que não pudesse alcançar um entendimento, deputado João Paulo Rillo. É isso, Sr. Presidente.

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, o deputado Campos Machado gosta muito da minha mãe, e eu também gosto dela. A minha mãe gosta muito de V. Exa., deputado Campos Machado. Acho até que tem votado em V. Exa. e não em mim.

Deputado Campos Machado, não tenho nada contra V. Exa., que é o autor da PEC, um batalhador, e as categorias reconhecem isso. O que eu quero dizer é o seguinte: só há uma pessoa que é responsável por não aprovar a PEC nº 5 no estado de São Paulo. Não são os deputados, os deputados estão seguindo ordens. Há só uma pessoa, que é o governador Geraldo Alckmin. Essa é a verdade.

Eu falei na tribuna diversas vezes: por que os deputados que defendem a PEC, que são inclusive relacionados à categoria, não fizeram ações junto com o governador lá no Palácio dos Bandeirantes? Na verdade isso virou um circo, e só há um responsável que orienta o presidente da Assembleia e o líder do Governo e que não deixou pautar essa PEC durante o ano todo: o governador Geraldo Alckmin. É isso. (Manifestação nas galerias.)

Portanto, não é nada contra V. Exa., mas, toda vez que nós falamos contra o governador Geraldo Alckmin, não é nem o pessoal do PSDB que vem defender, é o deputado Campos Machado. Então, só há um responsável: o governador Geraldo Alckmin, que não deixa aprovar a PEC nº 05.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O tempo desta sessão está esgotado. Antes de encerrar a sessão, eu prefiro, neste momento, ignorar parte daquilo de baixo calão que inclusive foi dito ao meu respeito. Não vou fazer qualquer tipo de resposta, mas quero deixar clara a coerência que eu sempre tive em todas as minhas posturas e as minhas ações.

Eu sempre deixei muito claro para o sindicato, os servidores, a imprensa, os meus colegas deputados e os colegas líderes o meu posicionamento em relação à PEC nº 05. Todos sempre souberam do meu posicionamento, e na pauta que foi combinada em fevereiro ficou muito claro que era única e exclusivamente por conta da força de um requerimento embasado no Regimento Interno desta Casa. Por sinal, inclusive eu venci por falta da maioria das assinaturas na Justiça, por conta da falta de uma assinatura. Quando completou o número de assinaturas, eu coloquei a posição de pauta em fevereiro.

Neste momento, para não cometer nenhuma injustiça, estou enviando o pedido de assinatura à Procuradoria da Casa, para que possa analisá-lo dentro do rigor da lei, até sob pena depois de ser demandado judicialmente, conforme alguns colegas colocaram, caso tome qualquer ação que não corresponda com o devido processo legal, para que possamos, depois dessa manifestação, tomar a decisão e a posição que eu julgar necessária.

Esgotado o tempo da presente sessão, antes de dar por encerrados os trabalhos, esta Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 20 horas e 27 minutos.

21 DE FEVEREIRO DE 2018

| |
|--|
| Presidentes: MARCO VINHOLI e WELSON GASPARINI |
| Secretária: LECI BRANDÃO |

| |
|---|
| RESUMO |
| PEQUENO EXPEDIENTE |
| 1 - MARCO VINHOLI Assume a Presidência e abre a sessão. |
| 2 - WELSON GASPARINI Discorre sobre a importância de decisão do STF, que beneficia detentas gestantes ou mães de crianças, concedendo-lhes o direito de cumprir prisão domiciliar. Considera catastrófico o estado do sistema penitenciário brasileiro. Sugere que aos presos sejam abertas mais possibilidades de estudar e trabalhar. |
| 3 - LECI BRANDÃO Comenta a situação das presidiárias gestantes ou cujos filhos moram com elas na prisão. Afirma que a decisão do STF que beneficia essas mulheres é histórica. Avalia que muitos debates, nesta Casa, só ocorrem quando há espectadores nas galerias. Defende que haja respeito entre os parlamentares. |

4 - WELSON GASPARINI Assume a Presidência.

5 - CARLOS GIANNAZI

Crítica as atitudes tomadas pelo governo estadual em relação aos professores categoria “O”. Acusa o Executivo de não pagar rescisões contratuais aos professores demitidos. Combate veto governamental a proposuras, aprovadas nesta Casa, que, a seu ver, favoreciam a Educação. Presta apoio a projetos de reajuste para os servidores.

6 - BETH SAHÃO

Concorda com o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi quanto às dificuldades enfrentadas pela Rede Estadual de Ensino. Lamenta que projetos de concessão de reajuste aos servidores não tenham sido aprovados nesta Casa, em 20/02. Defende a independência deste Parlamento em relação ao Executivo.

7 - CARLOS GIANNAZI

Apela aos seus pares para que se aprove projeto de concessão de reajuste aos servidores. Crítica a política de desonerações fiscais do governo estadual. Menciona que serão realizadas duas audiências públicas, em defesa das bandas e fanfarras das escolas da Capital e dos alunos autistas da Rede Estadual de Ensino.

8 - MARCOS MARTINS

Discorre sobre os trabalhos do dia 20/02, nesta Casa. Tece críticas ao governo Michel Temer. Opõe-se à intervenção federal no Rio de Janeiro. Queixa-se da não deliberação, na Comissão de Saúde, de requerimentos que convocariam o secretário da Pasta para prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos.

9 - LUIZ CARLOS GONDIM

Afirma que o lamspe passa por sérias dificuldades financeiras. Frisa que a instituição não possui verba suficiente para se manter até o final do ano. Pede ao governo estadual que preste ajuda à Santa Casa de Mogi das Cruzes. Comenta problemas do programa “Vivaleite”.

10 - LUIZ CARLOS GONDIM

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE WELSON GASPARINI

Defere o pedido. Convoca uma sessão solene, a realizar-se às 20 horas de 12/03, em “Comemoração do Dia Internacional da Mulher”, por solicitação das deputadas Maria Lúcia Amary, Leci Brandão, Rita Passos, Ana do Carmo e Célia Leão. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 22/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Marco Vinholi.

O SR. PRESIDENTE – MARCO VINHOLI - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Leci Brandão para, como 1º Secretária “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA – LECI BRANDÃO – PCDoB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, segundo decisão da segunda turma do Supremo Tribunal Federal, gestantes e mães de crianças de até 12 anos, presas preventivamente, podem cumprir prisão domiciliar. A decisão é de grande importância porque abrange, também, as adolescentes presas pela Justiça e as mães de filhos com deficiência.

Mais de quatro mil e 500 detentas serão beneficiadas por esta decisão, isto é: quatro mil e 500 mulheres presas serão beneficiadas por esta decisão. O número representa até 10% do total de mulheres presas no País.

Segundo informa a imprensa temos, hoje, atrás das grades dos presídios, mais de duas mil crianças junto de suas mães. É importante ressaltar o fato de que 30% dessas mulheres, presas preventivamente, ainda não foram julgadas e muito menos condenadas.

Uma ação coletiva, impetrada pelo Coletivo de Advogados em Direitos Humanos junto ao Supremo Tribunal Federal, conseguiu esta decisão de cinco ministros, que vai impedir a gestação diu do cárcere, pois pode impor em riscos à saúde da mãe e da criança, devido à falta de acompanhamento e de espaços adequados nos presídios.

Os ministros determinaram que os tribunais estaduais e federais forneçam, dentro de 30 dias, informações sobre prisões de gestantes e mães de crianças.

Entre os casos foram narrados pelos advogados na ação que gerou essa decisão do Supremo está o de uma adolescente, grávida de três meses, que passou quatro dias na delegacia de uma cidade - vejamos o absurdo! - em uma cela masculina, com homens adultos. Realmente, é catastrófico o sistema penitenciário de nosso País.

Na mesma ação, resultante dessa importante decisão do Supremo Tribunal Federal, os advogados citam os casos recentes de duas mães acusadas de crimes, mas em condições financeiras totalmente diferentes: a primeira teve a liberdade e pôde ficar em sua casa respondendo ao processo; a segunda teve a realização de seu parto no presídio, em uma cela de uma delegacia de polícia. Ela não possuía recursos financeiros para igual acesso a advogados. Vejam a situação! As duas estavam grávidas: uma delas tinha dinheiro para pagar advogados e pôde ter o parto em sua casa; a outra teve o parto na delegacia de polícia.

Com essa decisão do Supremo Tribunal Federal, quem sabe, tenhamos um tratamento melhor no sistema carcerário brasileiro, com o fim desse absurdo. Hoje, duas mil crianças ficam na carceragem junto com suas mães. Eu defendo uma ação muito séria e imediata para que, nos presídios, os presos possam trabalhar e estudar. Eles ficam o tempo todo sem fazer nada, quando muito jogando futebol no pátio e quando tem uma bola. Mas, na realidade, saem de lá piores do que entraram e, geralmente, formando quadrilhas.

Vamos modificar o sistema carcerário em nosso País e fazer com que haja possibilidade daquele que praticou um crime, voltar ao convívio de sua família, depois de cumprir sua pena, de maneira diferente: trabalhando, ganhando até salário para poder, depois, voltar para casa com algum dinheiro e, ao mesmo tempo, estudando também nos presídios.

O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - Quero parabenizar o nobre deputado Welson Gasparini por sua fala sempre coerente e brilhante.

Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela TV Assembleia SP, deputado Welson Gasparini, comentava com o deputado Vinholi que trouxemos o mesmo assunto para falar da tribuna. Também quero tratar desse fato histórico que foi a votação do STF de 4 a 1. Eu dizia o seguinte: como cantora, como artista tive oportunidade de cantar em várias penitenciárias, principalmente femininas. Em São Paulo, estive em quatro ou cinco delas. Acabamos até fazendo uma música sobre a realidade da mulher presa.

Uma coisa que me tocou muito foi uma visita que fiz à ala em que ficam as condenadas que têm seus filhos pequenos. Não havia um espaço com dignidade para aquelas crianças, eram bebês em lugar frio e outros departamentos com calor intenso, inclusive mandamos um ofício para a Secretaria de Administração Penitenciária pedindo para verificar se havia condições de melhorar aquela situação. Às vezes as coisas custam, mas acabam sendo positivas porque quando a mulher do ex-governador do Rio de Janeiro Adriana Ancelmo obteve prisão domiciliar, ninguém reclamou. E as mulheres condenadas que não têm dinheiro para pagar advogado, como ficam?!

Acho que essa medida do Judiciário foi fundamental não só para as mulheres, mas também para os Direitos Humanos e, principalmente, para as crianças, que não têm culpa de nada.

Mas quero aproveitar a oportunidade para me reportar a uma situação muito delicada que assistimos ontem na Casa.

Sabemos que 2018 é um ano de eleição, todo mundo tem de tratar das suas conveniências, todo mundo tem de discutir suas demandas. A disputa este ano será muito difícil, todo mundo sabe disso, até diante do momento político que atravessamos, as pessoas não querem saber nem de político muito menos da política, enfim. Mas uma coisa que tenho observado durante esse processo de discussão da PEC nº 05 é que quando a galeria fica lotada às terças-feiras - porque os agentes fiscais fizeram um trabalho permanente de presença aqui, buscando os seus direitos, eles tiveram condições de vir aqui todos os dias e lotaram as galerias para conquistar aquilo que almejam. Entretanto, quando não acontece isso, não vejo tantos discursos e tantas reciprocidades de ofensa como assisti ontem aqui. Eu fiquei sentadinha assistindo a tudo, vendo todo mundo se digladiando aqui dentro. Vi pessoas defendendo companheiros, outras pessoas atacando autoridades, mas seria interessante que sempre houvesse esse debate na Casa, não só com galeria lotada, porque com galeria lotada é fácil, qualquer coisa que se fale as palmas vão sair de lá.

Sempre falei sobre a PEC nº 05, mas de outra forma. Sempre elogiei as pessoas que vieram aqui defender os seus interesses, pessoas ligadas aos fiscais. Todo mundo tem direito de vir aqui. Acho ótimo que as pessoas venham. Agora, eu gostaria muito que aqueles servidores, aquelas pessoas que exercem seus cargos em São Paulo, que não são tão “importantes”, tivessem também estrutura para poder vir aqui para se defender, porque quem não tem estrutura, quem não tem condição de estar aqui todo dia, não pode ficar lutando. Ai vai para a praça, vai para Avenida Paulista, vai para a quebrada, vai para a favela, vai para a porta do partido, e faz a sua manifestação. Entretanto, há outros grupos que podem estar aqui cotidianamente. Agora, nós gostamos, porque eu fiquei sabendo de alguns fatos que até ontem eu não sabia, porque ontem todo mundo resolveu lavar roupa suja aqui. Foi uma coisa assim fantástica.

Como estou na política há pouco tempo, não tenho inimigos. Tenho companheiros; tenho 93 companheiros aqui dentro, mas é importante que tomemos um rumo de paz, de entendimento, de respeito, para que possamos ter uma convivência muito boa dentro desta Casa. Não é porque é ano de eleição que vamos começar a se desconhecer, porque senão vai ser impossível frequentar a Assembleia Legislativa. Muito obrigada, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.)

- Assume a Presidência o Sr. Welson Gasparini.

O SR. PRESIDENTE - WELSON GASPARINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, fico cada vez mais perplexo com a perversidade do governador Geraldo Alckmin, que massacra cada dia os professores da rede estadual.

Como se já não bastasse a contratação precarizada dos professores categoria “O”, como se já não bastasse o golpe que ele deu no final do ano passado quando aprovou o PLC nº 33, que ele prometeu resolver a questão dessa precarização, mas aquilo foi um golpe, uma verdadeira farsa, porque não resolveu, tivemos aqui quase 20 mil professores categoria “O” demitidos agora no início do ano.

Mas como se não bastasse ainda isso, Sr. Presidente, o governo agora não está pagando as rescisões contratuais. Não está pagando as férias dos professores, não está pagando nada. É um calote em cima de outro calote, ou o calote dentro do próprio calote. É de uma perversidade que não tem mais fim. Pensei que já tivesse visto tudo aqui, do ponto de vista dos ataques ao Magistério Estadual, mas fico surpreendido a cada dia, a cada gesto do governo Alckmin em relação à Educação do estado de São, tanto do ponto de vista geral, em que ele desmonta a Educação do estado de São Paulo, mas também do ponto de vista dos professores categoria “O”. Além de não ter garantida a continuidade dos contratos, com a aprovação do projeto, que foi uma farsa, ele ainda vetou uma emenda que aprovamos, que garantia assistência médica aos professores categoria “O”, que garantia a utilização do lamspe. Nós aprovamos, negociamos aqui com a liderança do Governo. Houve um acordo entre todos os partidos com o governo, que não o cumpriu. Esse governo Alckmin, esse governo do PSDB, é um governo que não tem palavra, porque nós aprovamos a emenda ao projeto garantindo que os professores da categoria “O” pudessem... Ele não cumpriu, ele vetou a nossa emenda.

Agora, nós temos uma tarefa importante aqui: derrubar o veto para que o professor da categoria “O” possa ter acesso ao lamspe, ao Hospital do Servidor Público. São vários ataques e eu quero também registrar que o governo vetou o projeto que eu aprovei aqui que garantia o pagamento da aula janela para os professores. É um projeto importante, uma antiga reivindicação do Magistério estadual. O projeto foi vetado pelo governador.

É um absurdo o que o Alckmin está fazendo com a Educação do estado de São Paulo: precarizando, desmontando, sucateando, demitindo professores, fechando salas em todo o Estado, superlotando salas. Já demitiu professores mediadores, professores coordenadores, vice-diretores e até mesmo agentes de organização escolar. É um desmonte generalizado da Educação estadual e, ainda por cima, agora está dando calote nos professores da categoria “O”, os professores que foram demitidos após anos e anos de trabalho.

Não está pagando agora as rescisões contratuais, sobretudo as férias que eles teriam direito de receber. Quero fazer essa denúncia pública e dizer que nós estamos tomando providências, estamos acionando o Ministério Público. Nós já pedimos a convocação do secretário Nalini na Comissão de Educação e Cultura para que ele venha explicar essa irregularidade e tantas outras denúncias que já foram feitas contra a Secretaria Estadual da Educação.

É grave a situação desses professores. Vinte mil professores demitidos com o fechamento de salas. O governo fechou salas com 25 alunos dizendo que eram muitos alunos por sala. É um absurdo total, 25 já é muito hoje. Nós inclusive defendemos e já tem um projeto de lei tramitando aqui na Assembleia Legislativa que estipula o número máximo de 25 alunos por sala. É impossível hoje o professor lecionar para 40 alunos, para 35 alunos da rede estadual. Os professores estão adoecendo.

É impossível e eles estão fechando salas, superlotando outras escolas. É uma tragédia o que está acontecendo hoje na Educação estadual, mas faço aqui essa denúncia e um apelo ao governador Geraldo Alckmin para que faça imediatamente pelo menos o pagamento das férias e das rescisões contratuais dos professores da categoria “O” demitidos agora no início do ano, que inclusive estão sem aulas, estão desempregados.

É uma perversidade do PSDB, do governador Alckmin. Não tem limites no estado de São Paulo. Por fim, só para concluir, eu faço um apelo para que hoje nós possamos votar o PL 788/2017, dos servidores do Ministério Público. Um projeto importante, um projeto estratégico para o funcionamento do Ministério Público e também a PEC nº 05, que está paralisada.

Ontem, nós assistimos a um espetáculo vergonhoso da Assembleia Legislativa, quando ela provou mais uma vez que não passa de um puxadinho do governo estadual. Por fim, a aprovação também imediata do projeto de lei do reajuste dos servidores públicos, inclusive com as emendas que nós apresentamos, porque o projeto apresentado pelo governador de fazer reajuste de 4% para os servidores da Segurança, de 3,5% para os servidores do quadro de apoio e de 7% para o Magistério é uma vergonha.

Isso é uma vergonha, é um ataque à dignidade dos servidores estaduais. Nós apresentamos várias emendas corrigindo minimamente essa distorção que foi apresentada pelo governo, porque lembro que o governo estadual, que o governo Alckmin, não reajusta, não repõe as perdas inflacionárias há quase quatro anos no estado de São Paulo. Essa porcentagem apresentada está muito aquém de corrigir minimamente as perdas inflacionárias dos últimos anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELSON GASPARINI - PSDB - Vamos dar sequência ao Pequeno Expediente. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão, pelo tempo regimental.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Fazendo coro à fala do deputado Giannazi, quero dizer que isso é mais do que verdadeiro. Esses dias eu estava em uma pequena cidade no interior paulista, uma cidade de quatro mil habitantes, onde tive a honra de receber o título de cidadã.

A diretora de uma das escolas veio falar comigo: “Está impossível a gente ensinar aqui, porque, de cada três salas, foram reduzidas. Então juntou. Onde tinha 25 alunos, hoje tem 40, 42, 45.”

Eu já fui professora. É quase impossível promover a aprendizagem em uma sala com mais de 40 alunos. Não dá! Não tem magia capaz de poder fazer com que o aluno aprenda, porque é um professor só. Ele tem que controlar a disciplina. Ele tem que colocar o conteúdo programático na lousa, no quadro negro. Ele tem que cuidar para ver se os alunos não estão mexendo no celular, porque agora foi liberado o uso de celular em sala de aula.

Esta Casa votou. Eu, particularmente, fui contrária. Fizemos e realizamos audiência pública aqui para falar que isso, por ora, não era adequado no estágio em que se encontra a Educação pública aqui no estado de São Paulo. No entanto, é isso que temos. Por isso que o governador não adotou o projeto que aprovamos aqui no final do ano, para manter os professores de categoria “O”.

Hoje, se conversa com centenas de professores no Estado - professores experientes, professores capacitados e competentes - que estão desempregados porque não tem aula, porque juntou tudo para economizar.

Ora, economiza na publicidade! Economiza nos desvios e nos superfaturamentos das licitações públicas: do Metrô, da CPTM, de obras públicas. Mas não economiza na Educação! A Educação não é uma área para ser economizada, muito pelo contrário. É uma área para ser turbinada, para ser promovida, para receber mais investimentos.

Fala-se muito na Educação no discurso. Mas na prática faz-se muito pouco, ou quase nada. Tanto é verdade, que ontem tínhamos que votar um projeto para que os servidores pudessem já passar a receber os reajustes a partir do início de março, e não se votou aqui. Não se votou!

Mesmo que no projeto conste que haja retroatividade, ainda assim é preciso respeitar o orçamento da vida das pessoas, o orçamento da família das pessoas. Elas estão programadas. Assim mesmo, é um mísero reajuste, que varia de três e meio por cento a sete.

Entendo que tem que ser mantida uma isonomia no serviço público. Não sei como pode! Virou moda, agora, fazer reajustes diferenciados para diferentes categorias de servidores. Não é possível! Quer dizer, uma categoria vai ter sete, uma categoria vai ter quatro, e outra vai ter três e meio.

Não sei como é que se faz essas contas. Eu gostaria que o governo pudesse nos apresentar qual é o cálculo que ele utilizou para chegar a esse resultado final. E assim mesmo, não se votou. Como não se votou a PEC nº 05.

Eu estava saindo há pouco do refeitório e encontrei o pessoal que vem lá de Presidente Prudente, que vem de Araçatuba, de São José do Rio Preto, dos mais diferentes pontos desse estado.

Vêm sempre com a expectativa e uma esperança renovada: “Olha, essa semana vai dar. Essa semana vamos votar.” Como bem colocou o nobre líder, o deputado Alencar Santana ontem: vamos parar de brincar aqui. Ou se vota, ou se derruba, porque não é possível!

As pessoas se deslocam, elas têm despesas, elas têm gasto, elas deixam de fazer suas atividades, seus familiares, para virem até aqui e acompanhar a sessão onde nada ocorre, onde não acontece nada, em um jogo absolutamente combinado entre alguns deputados desta Casa e o Governo do Estado - tanto o governo que aí está quanto o próximo governo, que vai ser o sucessor nesse curto período que nos resta, neste ano de 2018.

Então, é preciso esclarecer isso, votar e ter a responsabilidade. Esta Casa também precisa ter uma responsabilidade que tem que ser pautada pela autonomia e pela nossa independência. Nós não podemos ficar, a cada dia que passa, mais subordinados e subservientes aos desejos e àquilo que o governador Alckmin quer que façamos aqui. Somos deputados eleitos e deputadas eleitas com o voto popular. Temos autoridade para poder legislar sobre as mais diferentes matérias - muito embora a Constituição de 1988 tenha cortado muito a nossa ação e as nossas competências, infelizmente.

Aliás, isso precisaria ser revisto, mas, mesmo assim, esta Casa precisa fazer aquilo que ela entender que é o correto, que é o adequado. O correto e adequado é aprovar os projetos que sejam voltados para melhorar a vida, para beneficiar o conjunto da população, porque os funcionários públicos, estejam em que patamar estiverem, independentemente das áreas em que atuarem, são os que estão na relação direta com a população. Por isso, eles também têm que ser valorizados - até para valorizar aqueles que eles servem.